



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

DESAFIOS DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM TEA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROF. LÚCIA NOGUEIRA MOREIRA EM PENEDO - ALAGOAS

Mayara Silva Gomes¹

Myllene Santos Luz²

Maria Lúcia Pereira Silva Lima³

Jonas dos Santos Lima⁴

Woshington Ribeiro Rocha⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar os desafios enfrentados para o processo de inclusão das crianças com TEA no Centro Municipal de Educação Infantil Prof^a Lúcia Nogueira. Assim, esse estudo é fruto de uma pesquisa qualitativa que teve a intenção de analisar a responsabilidade coletiva na criação de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e organizado pedagogicamente, uma vez que a formação continuada não apenas atende aos direitos dos alunos com TEA, mas também impulsiona a aprendizagem contínua ao longo da vida, promovendo a autonomia e independência. Nesse viés, como resultado, constatou-se a compreensão de todos os aspectos desafiadores para a inclusão dos estudantes com TEA no ambiente escolar. Sendo assim, as abordagens promoveram reflexões coletivas e críticas, visando mudanças profundas nas práticas pedagógicas e institucionais da educação inclusiva. Portanto, percebe-se que a formação continuada na promoção de professores propicia uma aprendizagem contínua e qualificada, sobretudo das crianças com TEA e que os recursos e abordagens são capazes de promover a inclusão de forma mais significativa (cumprindo as exigências legais).

Palavras-chave: Criança autista. Desafios. Inclusão.

¹ E-mail: mg9468043@gmail.com

² E-mail: myllene22@hotmail.com

³ E-mail: prof.maria.lima@frm.edu.br

⁴ E-mail: prof.jonas@frm.edu.br

⁵ E-mail: prof.woshington.rocha@frm.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O autismo é uma condição que limita o estudante em no seu processo de aprendizagem, dessa forma, o professor encontra vários desafios para incluir alunos nesse contexto no ambiente escolar. Os professores geralmente concordam que a inclusão é importante por razões de justiça social, mas muitos têm pouca confiança em sua capacidade de apoiar alunos com TEA. Nesse sentido, no espaço da sala de aula há uma luta constante para que a criança com TEA seja incluída.

As pessoas com autismo passam por experiências de uma sobrecarga sensorial durante a interação social e na escola, principalmente, por meio de aspectos como: tom da voz (estímulos auditivos); expressão facial (estímulo visual); gestos (estímulo visual periférico) e referência a objetos e eventos ao redor (estímulo visual e auditivo periférico).

Sendo assim, o ato pedagógico só pode se realizar e atender a essas crianças autistas se existir uma rotina, evitando mudanças frequentes, recursos complementares, estudando e compreendendo as características próprias de cada um e o possível auxílio de uma equipe multidisciplinar que a escola precisa ter, a citar: psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas, além de atividades de terapia fora da escola que estimulem o

desenvolvimento do processo de aprendizagem e as suas relações interpessoais na sala de aula. Seguindo esse viés, a escolha do tema se deu em função da observação em estágios supervisionados e na própria sala de aula enquanto auxiliares de crianças, visto que foi nesse processo de inclusão na sala de aula que buscou-se conhecimento sobre o autismo.

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo foi a pesquisa bibliográfica (revisão de literatura), por meio de livros e artigos científicos disponíveis em sites confiáveis, no qual objetiva buscar informações do que se conhece do determinado tema e a pesquisa em uma escola que atende a alunos com TEA. Concomitantemente, a pesquisa de campo tem o objetivo de criar uma base de conhecimentos a respeito do assunto, ou seja, dos desafios dos professores com alunos de TEA - considerando o papel como essencial nesse processo.

Portanto, os dados foram coletados por meio de um questionário com 10 perguntas preestabelecidas, considerando igualmente a aplicação criteriosa e justa para todos os participantes. Assim, o estudo teve o objetivo de questionar 8 professores ativos no CMEI Lúcia Nogueira. As perguntas foram todas formuladas com base no que se busca saber sobre as experiências docentes e os desafios frente das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 CARACTERÍSTICAS, REALIDADES E DESAFIOS DA CRIANÇA COM TEA

A criança com o TEA apresenta como característica principal da síndrome a tendência ao isolamento, o que causa dificuldades no seu desenvolvimento social, e sua aprendizagem cognitiva. Nesse sentido, o ambiente escolar proporciona a elas momentos de interação com outras crianças que contribuirá para aprendizagem e uma melhora significativa no seu desenvolvimento e comportamentos estereotipados. O que se deve levar em consideração é que a criança com autismo tem a capacidade de aprender, mas de formas diferentes das que não apresentam nenhuma necessidade especial.

O processo de identificação do TEA não é algo simples, pois segundo alguns autores, existem condições atípicas de neurodesenvolvimento que podem se manifestar de formas variadas entre as pessoas. Sendo assim, é preciso um estudo profundo para que se chegue ao conhecimento de suas características. Aqui apresenta-se algumas definições do autor Beck:

1. Dificuldades na Comunicação: Pessoas com TEA podem ter dificuldades significativas na comunicação verbal e não verbal. Isso pode

incluir problemas com a linguagem, expressão facial, e compreensão social.

2. Comportamentos Restritos e Repetitivos: Tendência a realizar atividades ou comportamentos repetitivos, como movimentos corporais repetitivos, ou a fixação em interesses muito específicos.

3. Dificuldades na Interação Social: Dificuldades em entender e responder adequadamente às normas sociais e interações com outras pessoas.

4. Variabilidade no Grau de Acometimento: O espectro autista é amplo e pode variar significativamente em termos de gravidade e manifestação dos sintomas. Alguns indivíduos podem ter habilidades cognitivas e de linguagem normais, enquanto outros podem ter déficits mais acentuados. (Montoan, 2007).

É preciso ter cuidado para interpretar essas características, uma vez que pode ser que outras pessoas apresentem características semelhantes, no entanto, não se trata de TEA. Por isso a necessidade de

estudo profundo e qualificação profissional para a realização desse diagnóstico.

Os desafios encontrados no ambiente escolar permitem ao professor intervir e mediar as habilidades da criança, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento e aprendizagem, e no caso da criança com autismo não é diferente, sabe-se que é um grande desafio para o educador entender as dificuldades dessas crianças e a partir delas ensiná-las, o que pode fazer uma grande diferença na vida delas (Brites,2019).

O papel do professor é de grande importância na educação de uma criança, sabemos que é muita responsabilidade, pois o mesmo, preciso se preparar para conhecer suas características e modalidades de aprendizagem. É preciso haver uma mudança nas escolas, nos currículos dos professores, visto que há a necessidade de entender que a escola precisa receber as crianças com deficiência.

3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUSTISTA (TEA) NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Os direitos das pessoas autistas têm ganhado cada vez mais reconhecimento e proteção a partir da legislação brasileira, refletindo um avanço significativo na garantia de sua dignidade e inclusão social. Isso tem início já na Constituição Federal de

1988, uma vez que estabelece os princípios fundamentais que orientam as políticas públicas voltadas para a igualdade e a não discriminação (princípios essenciais para a defesa dos direitos das pessoas com autismo). Toda a legislação que vem surgindo desde a Constituição traz avanços importantes para a garantia dos direitos dos autistas.

Sobre sua definição, a lei não define o Autismo de forma detalhada, mas adota a definição geral estabelecida por critérios clínicos e diagnósticos aceitos. De acordo com a Lei nº 12.764, sancionada em 27 de dezembro de 2012, estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Esta lei é um marco importante para garantir os direitos e a inclusão de pessoas com autismo em diversas esferas da vida social e educacional. O conceito de Transtorno do Espectro Autista, conforme a Lei nº 12.764, é baseado na definição amplamente aceita pela comunidade médica e científica.

Assim sendo, o Autismo é um transtorno do desenvolvimento neurológico caracterizado por uma variedade de desafios no comportamento, na comunicação e na interação social. O termo “espectro” refere-se à ampla gama de formas e intensidades com que o autismo pode se manifestar. A compreensão e definição do autismo envolvem aspectos

clínicos, comportamentais e sociais. Diante disso, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, menciona que:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

A partir desses pontos destacados pela lei, fica claro que não se pode ter uma definição precisa sobre o autismo, mas que todo professor precisa estudar para que possa compreender como lidar com certos transtornos e buscar ajuda de outros profissionais para que o aluno não fique a margem da aprendizagem. Para todos os efeitos legais, uma pessoa com transtorno do espectro autista deve ser considerada uma pessoa com deficiência.

Dessa forma, a lei define as características que devem estar presentes para o diagnóstico do autismo e assegura que as pessoas diagnosticadas com essa condição sejam reconhecidas como crianças com deficiência, garantindo, assim, que elas tenham acesso aos direitos e proteções legais destinados a essa categoria.

3. 1 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

No ano de 1994, houve o encontro das Nações Unidas, em Salamanca, na Espanha onde foi elaborada a Declaração de Salamanca, a partir desse momento o mundo passa olhar a inclusão sob uma nova ótica, porque as regras de convivência com os deficientes foram equalizadas, na área da educação os estados passaram a assegurar educação para as pessoas com deficiências, sendo essa integral, deixando de ter um local exclusivo para os deficientes todos

conforme o que encontramos no seu artigo terceiro:

Art. 3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (Salamanca, 1994, p. 2).

Essa declaração trouxe avanços muito importantes para a educação especial, pois seus direcionamentos são nortes para que as escolas e todas as instituições que recebem alunos com deficiências possam se organizar de forma que eles tenham seus direitos de aprendizagem garantidos e os professores cumpram o seu papel de educar para a inclusão.

Nesse contexto apresenta-se a Lei nº 12.764 denominada de Berenice Piana que visa promover a integração social e garantir que pessoas com TEA tenham acesso a recursos e apoios adequados. Entre suas principais disposições, a lei garante: Direito à Educação: Assegura que pessoas com TEA tenham acesso à educação inclusiva, com adaptações e suporte necessário para o seu desenvolvimento. Acesso a Serviços de Saúde: Promove o acesso a serviços de saúde adequados para diagnóstico, tratamento e acompanhamento. Inclusão Social: Incentiva a criação de políticas e programas que promovam a inserção e a participação ativa de pessoas com TEA na sociedade. Apoio e Acompanhamento: Estabelece a necessidade de desenvolvimento de programas de apoio e acompanhamento para garantir a integração e o desenvolvimento contínuo (Brasil, 2012).

Para que a Lei nº 12.764 seja efetiva, é fundamental que haja uma implementação robusta e o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas com TEA. Isso inclui a capacitação de profissionais, a criação de programas específicos, e a promoção de uma maior conscientização sobre o autismo na sociedade. O conceito de TEA, conforme descrito na lei, é essencial para direcionar as políticas públicas e os serviços destinados às pessoas com transtorno do espectro

autista, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa (Brasil, 2012).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está atrelado a uma condição caracterizada pelo comprometimento na comunicação e na interação social, associado a padrões de comportamento restritivos e repetitivos, que podem ser observados ainda nos primeiros anos de vida (Brasil, 2012)

No âmbito escolar, diversas são as barreiras a serem superadas, como a falta de preparação/capacitação dos professores, a falta de informação nas escolas, principalmente no que se refere aos profissionais educadores, que muitas vezes não se sentem seguros para as demandas destinadas à inclusão escolar dessas crianças da educação infantil. Nesse sentido, é mais que necessário que haja um investimento em capacitação desses profissionais, visto que, o acesso dessas crianças não pode ser interrompido, principalmente, se a interrupção for por falta de informação ou de preparo nas escolas.

Diante disso, é necessário identificar esses desafios vivenciados pelos professores, para nortear a implementação de estratégias e acolher as necessidades educacionais da criança autista. De maneira que, também possa viabilizar o desenvolvimento de habilidades motoras, como também, sociais, comportamentais e

de comunicação, necessários para ajudar o desenvolvimento dessas crianças, promovendo assim, a inclusão nas escolas.

Em 2020, aconteceu um avanço muito importante para os autistas, foi criada a Lei 13.977 que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Nela está descrito:

Art. 3º-A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (Brasil, 2020).

Essa carteira pode ser vista como um caminho para a inclusão das crianças com TEA porque promove os direitos dessas crianças. Ela também pode proporcionar a visibilidade e reconhecimento das necessidades dessas pessoas e a facilidade para chegar aos serviços públicos, no caso desse trabalho, chegar à educação com menos dificuldades, já que as crianças que

estudam nas redes públicas têm transporte, porém as da rede privada precisam desse serviço de transporte.

4. A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA

A formação do professor para trabalhar com a criança especial ou qualquer outro estudante é um fator de suma importância, já que os tempos mudam e os conceitos a ser trabalhados também requerem uma metodologia adequada. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 apresenta algo importante:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Nesse sentido, de acordo com Gadotti (2010, p. 56) o profissional docente da educação básica merece uma atenção maior de conselheiros de educação, gestores, coordenadores de curso,

professores do ensino superior, no que se refere à sua iniciação formativa - estrutura, currículo e dinâmica das licenciaturas. Esse problema vem assumindo contornos éticos, de respeito e valor. Dos que detêm responsabilidades sobre essa questão se requer conhecimento e compromisso com a educação básica e com a própria licenciatura e seus estudantes.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 27).

Nesse tocante, pensar na formação de professores para a educação inclusiva é também pensar em políticas públicas que possam ser capazes de dar as condições aos professor e a escola para assumir uma propostas que permita, pensar nas estratégias e possibilidades de incluir os alunos autistas de maneira eficiente.

5 METODOLOGIA

O caminho metodológico percorrido nesta pesquisa foi de natureza básica, abordagem qualitativa, de caráter exploratório que segundo Gil (2002, p.41), essas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições e procedimento de revisão sistemática da literatura.

Dessa forma, considera-se ainda como pesquisa básica, de forma direta, que objetivou conhecer desafios da inclusão de crianças com TEA, gerar conhecimentos novos para possíveis mudanças com aplicação prática prevista.

As bases de dados consultadas para a fundamentação teórica foram livros físicos, documentos, (SciELO) e leis que legislam sobre a pessoa com autismo e toda modalidade de educação especial.

Como instrumento da pesquisa de campo foi utilizado o questionário contendo

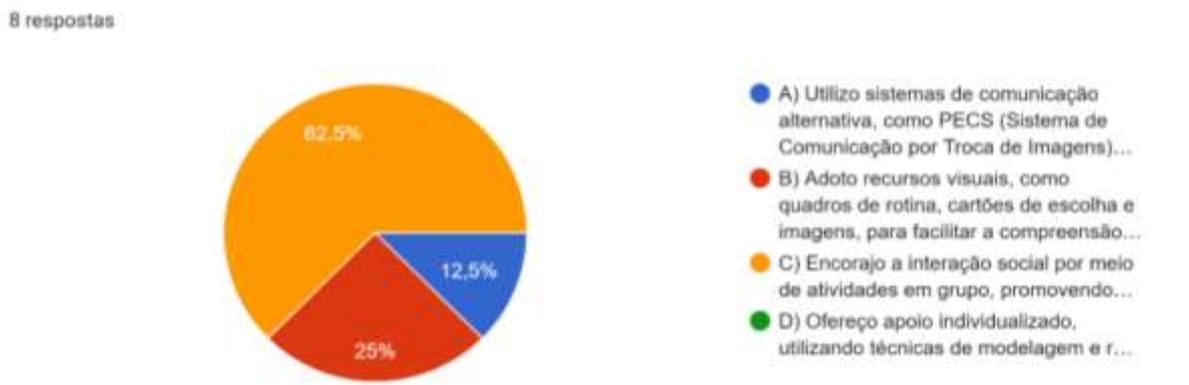
10 (dez) questões objetivas que se ajustaram à pesquisa exploratória, nessa fase ocorreu o levantamento de dados. A utilização desse questionário foi com base nas afirmativas de Marconi; Lakatos (2011, p.86), na qual afirmam que “[...] é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Sendo assim, vale ressaltar, ainda, que a pesquisa foi realizada de forma on-line por meio do Google Forms.

Para além disso, o público colaborador da pesquisa foram 08 (oito) professores que atua na etapa da Educação Infantil do CEMEI Prof^a Lúcia Nogueira, situado na zona urbana da cidade de Penedo/Alagoas.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As unidades de análise apresentadas nestes resultados ajudam na compreensão do problema de pesquisa, uma vez que os resultados vão sendo visualizados com discussões fundamentadas em teóricos e leis.

Gráfico 1 - Quais estratégias você utiliza para apoiar a comunicação de crianças com TEA na sua sala de aula?

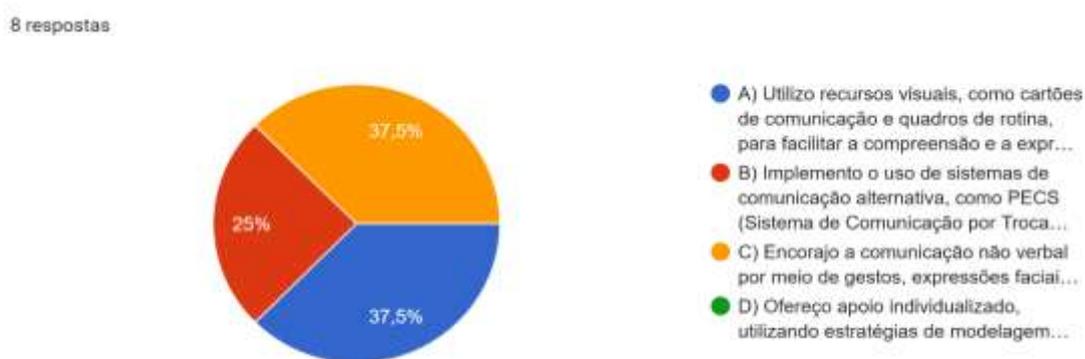


Fonte: Autores (2024).

Nessa questão, os oito professores que responderam, pontuaram que encorajam as interações sociais por meio de atividades em grupo, promovendo, assim, a comunicação espontânea entre as crianças com TEA e seus colegas. Além disso, os demais professores também utilizam estratégias interessantes para apoiar a comunicação da criança, porém, percebe-se

a necessidade de ampliar o uso da comunicação entre esse público para cumprir o que ressalta a LBI (2012, p. 4) Art. 9º “As pessoas com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de: V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis”.

Gráfico 2 - Como você adapta a comunicação para crianças com dificuldades de expressão verbal ou não verbal?



Fonte: Autores (2024).

Ao analisar este gráfico, fica claro que o processo de adaptação da comunicação

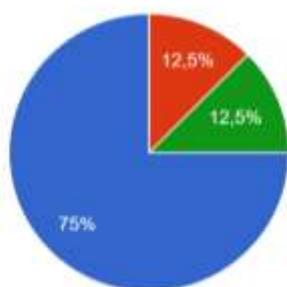
para crianças com dificuldades de expressão verbal ou não verbal realizado pelos

professores, colaboradores da pesquisa, ganha mais espaço no encorajamento da comunicação por meio de gestos, expressões faciais e linguagem corporal. Em relação às outras duas estratégias, foi identificado que a utilização de modelagem não foi citada por

nenhum professor. Isso precisa ser revisto, já que essa estratégias pode trazer vários benefícios ao parceiro de comunicação, entre eles melhorar as habilidades linguísticas.

Gráfico 3 - Você utiliza sistemas alternativos de comunicação, como PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Imagens) ou comunicação aumentativa? Se sim, como?

8 respostas

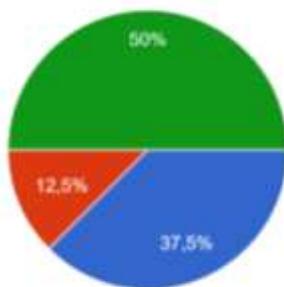


- A) Sim, utilizo o PECS, criando cartões de imagens que as crianças podem usar para indicar suas necessidades, deseje...
- B) Sim, utilizo aplicativos de comunicação aumentativa em tablets ou dispositivos móveis, que permitem qu...
- C) Sim, utilizo sistemas de comunicação baseados em tecnologia, como dispos...
- D) Não, não utilizo sistemas alternativos de comunicação formais, mas tento a...

Fonte: Autores (2024).

Gráfico 4 - Que recursos visuais ou tecnológicos você utiliza para facilitar a comunicação das crianças com TEA?

8 respostas



- A) Utilizo quadros de rotina, cartões de escolha e imagens, que ajudam as crianças a compreender e se express...
- B) Uso aplicativos de comunicação aumentativa, como softwares que permitem a seleção de imagens ou ic...
- C) Emprego recursos tecnológicos, como tablets ou dispositivos com siste...
- D) Implemento sistemas visuais simples, como cartões com cores ou s...

Fonte: Autores (2024).

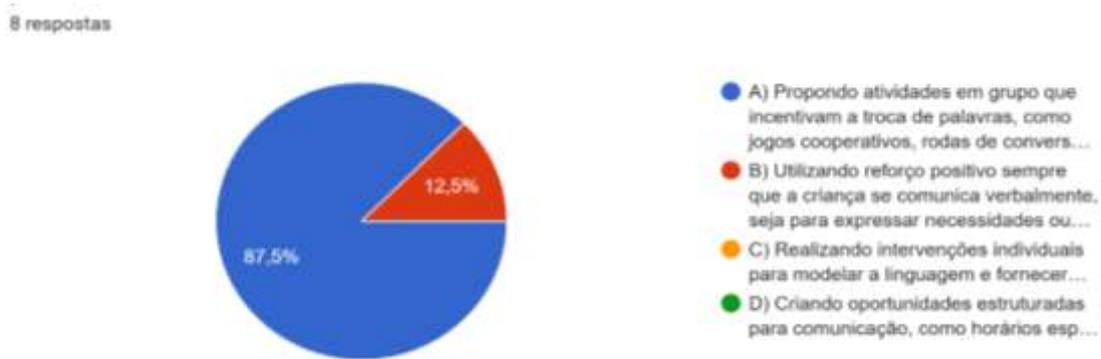
A questão da utilização dos recursos visuais ou tecnológicos para facilitar a comunicação das crianças com TEA é um aspecto muito importante e significativo, pois eles são capazes de expandir a

capacidade das crianças para interagir no ambiente onde vivem. Percebe-se que a maioria dos professores, colaboradores da pesquisa, implementam recursos visuais simples, isso é um grande avanço, no

entanto, ainda é preciso ampliar essa diversidade de recursos, visto que apenas 12,

5% fazem uso de aplicativo de comunicação aumentativa.

Gráfico 5 - De que maneira você estimula as crianças com TEA a interagir verbalmente com os colegas e professores?

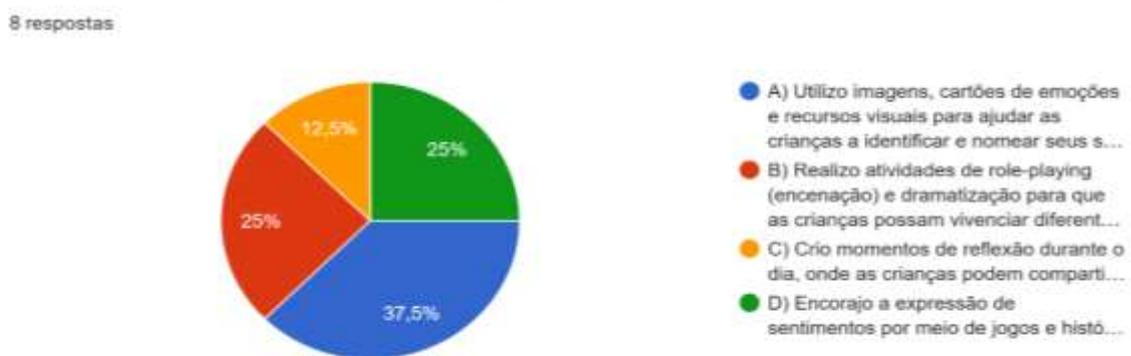


Fonte: Autores (2024).

O processo de interação da criança com TEA no ambiente escolar é de grande relevância para seu desenvolvimento. Sendo assim, foi visto por meio da análise da

resposta dessa questão, que 87,5% dos professores estão desempenhando papel significativo com os alunos da escola campo de pesquisa.

Gráfico 6 - Como você trabalha a compreensão e expressão de sentimentos e necessidades com crianças com TEA na sua sala?



Fonte: Autores (2024).

Essa questão é bem complexa, pois quando se trata de sentimentos é necessário que o professor tenha grande domínio sobre

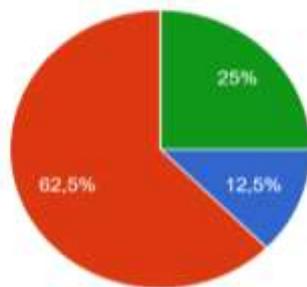
suas próprias emoções para então, atuar significativamente nesses aspectos. A partir das respostas obtidas, conforme mostra o

gráfico em questão, é possível perceber que o trabalho com a compreensão e expressão, apesar de estar sendo bem desenvolvido pelos professores das instituições da

pesquisa, ainda precisa ser ampliado para promover a qualificação do ensino – aprendizagem dos estudantes com TEA.

Gráfico 7 - Quais atividades ou abordagens você utiliza para promover a comunicação funcional nas crianças com TEA?

8 respostas



- A) Utilizo atividades baseadas em escolhas, como "Escolha sua atividade" ou "Escolha seu brinquedo", para ince...
- B) Proponho situações do dia a dia, como a hora do lanche ou o momento de pedir ajuda, em que as crianças pr...
- C) Incorporo o uso de sistemas alternativos de comunicação (como P...
- D) Envolve as crianças em atividades de troca e colaboração com os colega...

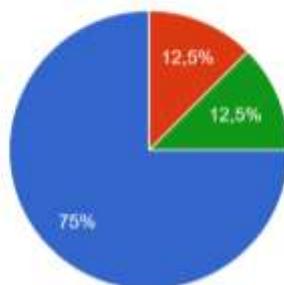
Fonte: Autores (2024).

Analisando as respostas desse gráfico, fica evidente que a maioria dos professores utilizam as situações do dia a dia para promover a comunicação funcional. Desse modo, são estratégias simples, mas

importantes, já que são momentos de rotina que não podem ser negados e se apresentam como essenciais para essas abordagens.

Gráfico 8 - Como você adequar a linguagem e as instruções dadas às crianças com TEA para garantir que elas compreendam o conteúdo de maneira eficaz?

8 respostas



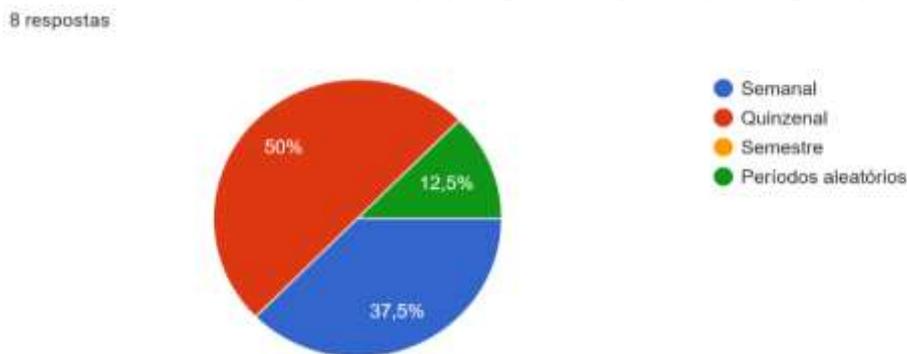
- A) Utilizo uma linguagem simples e direta, com frases curtas e claras, para facilitar a compreensão das instruções.
- B) Reforço as instruções verbalmente com o uso de recursos visuais, como imagens ou gráficos, que complement...
- C) Quebro as instruções em etapas menores e as repito várias vezes, dan...
- D) Ofereço exemplos concretos ou modelos, demonstrando como realizar...

Fonte: Autores (2024).

Esse gráfico mostra de forma compreensível que quase todos os professores utilizam a linguagem simples e direta como instruções para adequar a linguagem no intuito de que os estudantes com TEA compreendam melhor os conteúdos. Nesse tocante, percebe-se uma lacuna que precisa ser preenchida, pois

mesmo sabendo da importância das abordagens já realizadas, é preciso que as demais apresentadas como alternativas sejam também utilizadas, já que a utilização de recursos visuais é imprescindível para a aprendizagem do autista.

Gráfico 9 - Com que frequência ocorre o processo de orientação e acompanhamento da Coordenação Pedagógica para a organização do planejamento?



Fonte: Autores (2024).

Esse gráfico traz um ponto preocupante para ser discutido, pois apesar da maioria dos professores entrevistados afirmarem que os encontros pedagógicos de orientação para o planejamento ocorrem com a frequência de quinze dias, 12% responderam que esse acompanhamento acontece em dias aleatórios. Assim, de acordo com Ramos e Silva (2022, p 8), “a presença de estudantes com autismo nas salas de aula demanda dos educadores conhecimentos específicos e estratégias pedagógicas adequadas para atender às necessidades individuais desses alunos”.

Logo, os estudantes com TEA atendidos por esse público, possivelmente encontram dificuldades para conquistar uma aprendizagem significativa.

Gráfico 10 - Você realiza algum tipo de intervenção individualizada para melhorar a comunicação das crianças com TEA? Se sim, pode nos explicar como funciona?



Fonte: Autores (2024).

As atividades individualizadas para o trabalho escolar com estudantes autistas são muito importantes pelo fato de desempenharem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças com autismo. Nessa questão apresentada no gráfico, percebe-se que há um processo de evolução significativo por parte dos professores no sentido de realizar intervenção individualizada para melhorar a comunicação, mas ao mesmo tempo, existe a necessidade de convencer os 12% que ainda não realiza atividades individualizadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi motivado pelo desejo de conhecer e compreender os desafios encontrados no CEMEI Profª Lúcia Nogueira para incluir as crianças com autismo e as condições de

desenvolvimento da prática dos professores para assegurar a inclusão daquelas crianças (considerando o cumprimento de toda a legislação que favorece os autistas e a formação do professor como requisito básico para atuar de forma significativa).

A partir da pesquisa realizada no CEMEI supracitado, percebeu-se que há um movimento no sentido de promover a inclusão daquele público presente nos espaços escolares, já que os alunos com autismo são inseridos e acolhidos naquela instituição, no entanto ainda há a necessidade de melhorar as estratégias de ensino considerando que é preciso não somente assegurar o acesso, mas garantir sua permanência com qualidade, ou seja, contemplando todas as suas especificidades com profissionais qualificados e recursos adequados.

Nesse sentido, a pesquisa deixou evidente que os professores reconhecem

que uma instituição inclusiva é aquela que elimina barreiras, que acolhe, respeita as limitações, promove a participação, oferece suporte, mecanismos e ferramentas para o desenvolvimento de uma educação que atenda a todos. Portanto, é preciso que sejam executadas as políticas públicas que asseguram educação de qualidade para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Hévelin Caroline Melo de. **A eficácia da Lei nº 12.764/12, que resguarda os direitos dos portadores do Transtorno do Espectro Autista, no que tange a inclusão em escolas de ensino regular.** Revista Ambito Jurídico, 1 de outubro de 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-eficacia-da-lei-no-12-764-12-que-resguarda-os-direitos-dos-portadores-do-transtorno-doespectro-autista-no-que-tange-a-inclusao-em-escolas-de-ensino-regular/> Acesso em: 28 abr. 2024.
- AMAES (ES). Quem somos. AMAES: Associação **dos Amigos dos Autistas do espírito Santo**, [s. 1.], 2016. Disponível em: <https://amaes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 9 ago. 2024
- .ARAÚJO, M. A. R. C. **Arquitetura Inclusiva.** Contributos para o desenho de espaços públicos. 2017. Dissertação de natureza científica (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10152: Acústica- Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. Rio de Janeiro, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8995: Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1. Interior. Rio de Janeiro, 2013.
- BECK, Roberto Gaspari. **Estimativa do número de casos de tratamento do transtorno do espectro autista no sul do Brasil.** 2017. 68 1. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.
- BRASIL, **Lei 13.977 que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Lei n/ 10.216, de 06 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os

direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Casa Civil, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 04 agost.2024

BRASIL, **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista. Casa Civil, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 08 de agost. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.

BROWNLEE, John. **HowTo Design For Autism**. Fast Company, (s. 1.1, 5 fev. 2016. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/3054103/how-to-designfor-autism>. Acesso em: 16 agosto 2024.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

GIL, Antônio Carlos., 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, M. T. E. (2007). **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha** Educação, Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/675>. Acesso em: 20 de set. 2024.